

1DATA: 29 de junho de 2006. LOCAL: Auditório do Conselho de Gestão do  
2Patrimônio Genético, SCEN Lote 02, Ed. Sede do IBAMA, Bloco G, Brasília, DF.  
3HORÁRIO: de 9:00 às 16:00h. PARTICIPANTES: Presidente da mesa: Paulo  
4Yoshio Kageyama, representante suplente do Ministério do Meio Ambiente.  
5Representantes: Ministério da Ciência e Tecnologia, Clóvis Andrade Junior  
6(suplente) e João Paulo Rodrigues de Carvalho (suplente); Ministério da Saúde,  
7Angélica Rogério de Miranda Pontes (titular); Ministério da Justiça, Patrícia Galdino  
8de Farias Barros (titular); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento,  
9Leontino Rezende Taveira (titular), Márcio Antônio Teixeira Mazzaro (suplente) e  
10Roberto Lorena de Barros Santos (suplente); Ministério da Defesa, Patrícia Siqueira  
11de Medeiros (suplente); Ministério da Cultura, Teresa Maria Cotrim (suplente);  
12Ministério das Relações Exteriores, Adriana Sader Tescari (titular); Ministério do  
13Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Elisa de Ananias Fraga (titular);  
14Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA,  
15Otávio Borges Maia (suplente); Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento  
16Científico e Tecnológico – CNPq, Maria Lucilene Araújo Barros Velo (suplente);  
17Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, Nadja Lepsch Cunha  
18(suplente); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, José Manuel Cabral de  
19Sousa Dias (suplente); Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Maria Celeste Emerick  
20(titular); Fundação Nacional do Índio, Hilda Fajardo (titular); Instituto Nacional de  
21Propriedade Industrial – INPI, Maria Hercília Paim (titular). Convidados  
22Permanentes: Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável  
23– CEBDS, Joaquim Machado (titular); Federação Brasileira da Indústria  
24Farmacêutica – FEBRAFARMA, Nelson dos Santos Júnior (suplente); Associação  
25Brasileira de Organizações Não-Governamentais – ABONG, Henry de Novion  
26(suplente); Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Meio Ambiente –  
27ABEMA, Giampaolo Barbosa Marchesini (titular); Ministério Público Federal – MPF,  
28Eliana Peres Torelly (titular). Membros da Secretaria Executiva do Conselho:  
29Eduardo Vélez Martin, Secretário-Executivo, Cristina Azevedo, Guilherme Amorim,  
30Fernanda Altoé Daltro, Diogo Brito, Fernanda Álvares Silva, Mônica Negrão,  
31Alessandro Garcia Gomes, Carla Lemos, Sonja Mayra Righetti, Inácio de Loiola  
32Rachid Cançado, Antônio Pamplona, Thomaz Miazaki de Toledo, Gabriel  
33Cantanhede, Viviane Souza, Camila Oliveira, João Francisco Barros. Outros  
34participantes: CONJUR/MMA, Daniela Goulart; FUNAI, Taiana Lopes Volner; MDIC,

1Cíntia de Moraes e Juliana Alarcão de Paula; MAPA, Francisco Mardeiro; CNPq,  
2Ana Lúcia Stival; ABIN, Alessandra Barros e Beatriz Castro Neves; Natura, Viviane  
3Amaral Gurgel e Fernanda Ferraz; Patri Consultoria, François Martins; Grupo PBBi,  
4Adriana Clementino. CONVOCAÇÃO: Memorando Circular nº  
5007/2006/CGEN/SBF/MMA, de 14 de junho de 2006; Ofício Circular nº  
6008/2006/CGEN/SBF/MMA, de 14 de junho de 2006; Ofício Circular nº  
7004/2006/CGEN/SBF/MMA, de 14 de junho de 2006. PAUTA: I - Abertura da  
8Reunião; (1) Leitura das inscrições para acompanhar a reunião; II - Instalação dos  
9Trabalhos: (2) Leitura e Aprovação da Pauta da 41ª Reunião Ordinária; (3)  
10Aprovação da Ata da 40ª Reunião Ordinária. III - Ordem do Dia - (4) Apresentação e  
11deliberação sobre solicitações de credenciamento de instituições como fiéis  
12depositárias de amostras de componente do patrimônio genético. (4.1) Requerente:  
13Instituto Butantã para as coleções: a) herpetológica; b) aracnídeos e miriápodes; c)  
14ácaros; e d) entomológica - Processo nº 02000.004897/2005-99. Relator: Elisa  
15Fraga – MDIC. (5) Apresentação e Deliberação sobre solicitações de Autorização de  
16Acesso a Conhecimentos Tradicionais Associados para fins de pesquisa científica.  
17(5.1) Requerente: Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG, para o projeto  
18“Implementação do Plano de Manejo do Parque Estadual Monte-Alegre Pará: quais  
19as interfaces entre percepção, uso local da biodiversidade e as políticas de  
20conservação” – Processo nº 02000.000661/2006-64. Relator: Maria Hercília Paim –  
21INPI. (6) Apreciação e deliberação sobre propostas de normatização da MP 2.186-  
2216/2001. a) Remessa de componente do patrimônio genético: (6.1) Minuta de  
23Resolução de Remessa de Componentes do Patrimônio Genético para pesquisa  
24científica e Minuta de Orientação Técnica sobre componente do patrimônio genético  
25microbiano. Relator: Secretaria Executiva do CGEN. b) Acesso a conhecimentos  
26tradicionais associados e repartição de benefícios: (6.2) Minutas de Resoluções  
27sobre Acesso a Conhecimentos Tradicionais Associados e Repartição de Benefícios  
28e Minuta de Orientação Técnica sobre conceito de Acesso a Conhecimento  
29Tradicional Associado. Relator: Secretaria Executiva do CGEN. (6.2.1)  
30Apresentação de Parecer da Consultoria Jurídica do MMA sobre contribuições  
31enviadas pelos Conselheiros e Convidados ao texto da Minuta de Resolução. (6.2.2)  
32Lançamento de Consulta Pública sobre textos das Minutas de Resolução e de  
33Orientação Técnica. (7) Relato das Câmaras Temáticas. (7.1) Relato da Câmara  
34Temática de Procedimentos Administrativos sobre tratamento de situações de sigilo

1no CGEN e sobre propriedade intelectual e acesso ao patrimônio genético e  
2conhecimentos tradicionais associados. Relator: Secretaria Executiva do CGEN. (8)  
3Informes e deliberações sobre autorizações já concedidas pelo CGEN. a) Relatórios  
4Finais: (8.1) Requerente: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA -  
5Processo nº 02000.000973/2004-14 (processo apreciado nas 24ª Reunião, objeto  
6da Deliberação 65) Relator: Secretaria Executiva do CGEN. (8.2) Requerente:  
7Escola Nacional de Botânica Tropical – ENBT - Processo nº 02000.002231/2003-34  
8(processo apreciado na 24ª Reunião CGEN, objeto da Deliberação 66). Relator:  
9Secretaria Executiva do CGEN. b) Relatórios anuais: (8.3) Requerente:  
10Universidade de São Paulo – USP - Processo nº 02000.003170/2004-11 (processo  
11apreciado na 29ª Reunião CGEN, objeto da Deliberação 90). Relator: Secretaria  
12Executiva do CGEN. (8.4) Requerente: Empresa Brasileira de Pesquisa  
13Agropecuária– EMBRAPA - Processo nº 02000.000532/2004-12 (processo  
14apreciado nas 25ª e 30ª e 32ª Reuniões, objeto das Deliberações 76,100 e 109).  
15Relator: Secretaria Executiva do CGEN. c) Solicitação de inclusão de  
16pesquisadores na equipe: (8.5) Requerente: Universidade Estadual de Campinas –  
17UNICAMP - Processo nº 02000.005654/2005-78 (processo apreciado na  
1839ª Reunião, objeto das Deliberações 139). Relator: Secretaria Executiva do CGEN.  
19(9) Consulta da Secretaria Executiva ao CGEN. (9.1) Requerente: Natura Inovação e  
20Tecnologia de Produtos Ltda – Processo nº 02000.000007/2006-51. Relator:  
21Secretaria Executiva do CGEN. (10) Apresentação e deliberação sobre recurso à  
22decisão da Secretaria Executiva. (10.1) Requerente: Universidade Federal do  
23Amazonas - UFAM – Processo nº 02000.002206/2005-12. Relator: Secretaria  
24Executiva do CGEN. IV – Assuntos de Ordem Geral: (11) Informes gerais. (12)  
25Palavra aberta aos Conselheiros. (13) Encerramento. **INFORMES, DISCUSSÕES E**  
26**DELIBERAÇÕES:** O Sr. Paulo Yoshio Kageyama, na condição de presidente do  
27Conselho, deu início à reunião, passando a palavra ao Sr. Eduardo Vélez,  
28Secretário-Executivo, que fez a leitura dos ouvintes inscritos. Retomando, o Sr.  
29Presidente colocou a pauta em discussão. O Conselheiro Leontino Taveira, do  
30MAPA, pediu inversão dos itens 6 e 8. Por solicitação da Conselheira Elisa Fraga,  
31do MDIC, o Sr. Secretário-Executivo pediu que o item 4 fosse apreciado após o item  
328. O Conselheiro Otávio Maia, do IBAMA, pediu a inclusão de um item na pauta  
33para a apresentação de nota técnica do IBAMA acerca da descaracterização de  
34determinadas atividades e pesquisas científicas como acesso a patrimônio genético.

1Todas as alterações foram acatadas, passando-se à apreciação da ata da 40ª  
2Reunião. Não houve manifestações, sendo a ata aprovada pelos seguintes  
3Conselheiros: Patrícia Medeiros, José Manuel Cabral, Leontino Taveira, Maria  
4Celeste Emerick, Angélica Pontes, Teresa Cotrim, Patrícia Galdino, Paulo  
5Kageyama, Otávio Maia, Hilda Fajardo, Clóvis Andrade e Nadja Lepsch. Não houve  
6abstenções ou votos contrários. Seguindo a inversão da pauta, passou-se à  
7apreciação do item 5.1, no entanto, em função da relatora do processo, Conselheira  
8Maria Hercília Paim, ainda não estar presente à reunião o Sr. Presidente passou  
9para o **item 8**, referente a informes sobre autorizações já concedidas pelo CGEN. O  
10**item 8.1**, relatado pela Sra. Cristina Azevedo, Coordenadora Técnica da Secretaria  
11Executiva. informou sobre o relatório final do INPA que reuniu toda a documentação  
12exigida pelo Conselho e o cumprimento de todas as condições estabelecidas,  
13podendo o processo ser arquivado. O **item 8.2** trouxe informe sobre a Escola  
14Nacional de Botânica Tropical – ENBT, relatado pelo Sr. Alessandro Gomes,  
15também da Secretaria Executiva. A ENBT apresentou o relatório final de pesquisa,  
16estando pendente, no entanto, a advertência que deveria constar da dissertação de  
17mestrado quanto à necessidade de anuência prévia da comunidade envolvida e de  
18nova autorização do CGEN em caso de utilização das informações ali contidas para  
19fins de desenvolvimento tecnológico ou bioprospecção. O encaminhamento adotado  
20foi informar a instituição sobre a necessidade de complementação quanto a este  
21aspecto, o que pode ser feito pela inclusão de uma errata na dissertação bem como  
22nas publicações dela originadas. O **item 8.3**, também apresentado pelo Sr.  
23Alessandro Gomes, trouxe informe sobre processo da Universidade de São Paulo –  
24USP, a qual enviou o relatório anual de pesquisa, apresentando todas as exigências  
25previstas na autorização. Até o final de agosto, a USP enviará o relatório final. O  
26**item 8.4**, relatado pela Sra. Cristina Azevedo, apresentou o relatório anual da  
27EMBRAPA acerca de seu projeto de pesquisa junto às comunidades indígenas  
28Krahô. Foram identificadas algumas lacunas no relatório apresentado, em particular  
29relacionadas à identificação de espécies, menção à origem do patrimônio genético e  
30do conhecimento tradicional nas publicações e ajuste no escopo da metodologia.  
31Foi acatada a sugestão de oficial a instituição para que complemente o relatório  
32num prazo de 30 dias. O **item 8.5**, foi relatado pela Sra. Carla Lemos, da Secretaria  
33Executiva, informando sobre a requisição de inclusão de três novos estudantes por  
34parte da pesquisadora Laure Emperaire no âmbito de sua pesquisa junto à

1 UNICAMP, já autorizada pelo CGEN. Foi esclarecido que, neste caso, não se trata  
2 de inclusão de novas instituições, mas de pesquisadores da mesma ou de outras  
3 instituições que são orientados da pesquisadora que obteve a autorização. O  
4 Secretário-Executivo sugeriu que quando forem novos pesquisadores vinculados à  
5 mesma instituição, a inclusão seja feita mediante formalização do pedido pela  
6 instituição – e que esse procedimento seja mantido em casos semelhantes, sem a  
7 necessidade de que seja levada a questão ao Plenário. A Conselheira Maria  
8 Lucilene Velo acrescentou que este procedimento é rotina no CNPq, porém o caso  
9 de inclusão de novas instituições deve ser avaliado com cautela. O Conselheiro  
10 Otávio Maia questionou quem poderá solicitar a inclusão, se, necessariamente,  
11 deverá ser o representante legal da instituição. Também sugeriu que se trate dos  
12 casos em que a instituição autorizada utiliza a infra-estrutura de outras instituições  
13 nas atividades de acesso. O Conselheiro Leontino destacou a necessidade de  
14 monitorar os elos cadeia, relacionados ao desenvolvimento de novas tecnologias,  
15 sem que necessariamente tenha que vir a Plenário toda nova alteração nos atores  
16 envolvidos. Sugeriu que novas instituições possam ser incluídas mediante nova  
17 anuência em que fique estabelecida responsabilidade pela manutenção do  
18 acompanhamento das informações. O Conselheiro José Cabral ressaltou o  
19 dinamismo das atividades de pesquisa e desenvolvimento e propôs que o  
20 procedimento a ser adotado deve ser idêntico ao da situação original, ou seja, as  
21 condições para ingresso de novas instituições devem as mesmas antes e após a  
22 concessão da autorização. Também propôs um mecanismo permanente mediante  
23 uma orientação técnica, a fim de facilitar a tramitação dos processos. Foi proposto o  
24 seguinte encaminhamento: que para o item da pauta em análise, tendo a instituição  
25 já formalizado o pedido, que se proceda a inclusão no escopo da autorização  
26 daqueles pesquisadores que a ela pertencem e que apresente o pedido formal das  
27 demais instituições para que se comprometam com os termos da autorização  
28 concedida para fins de inclusão de seus pesquisadores no âmbito da mesma. Para  
29 os demais casos, a Secretaria Executiva deve elaborar uma minuta de deliberação  
30 com proposta de procedimento formal para todos os casos apresentados. Este  
31 encaminhamento foi acatado pelo plenário. Dando seqüência à pauta, o Sr.  
32 Presidente anunciou o **item 5.1**, referente à solicitação de autorização de acesso a  
33 conhecimento tradicional associado para fins de pesquisa científica feita pelo Museu  
34 Paraense Emílio Goeldi, relatada pela Conselheira Maria Hercília Paim. O

1 Conselheiro Clóvis Andrade questionou o comprometimento de outras instituições  
2 envolvidas nos projetos autorizados com os termos da autorização, ao que a Sra.  
3 Cristina Azevedo esclareceu que são exigidas cartas destas instituições parceiras  
4 comprovando a ciência dos termos da autorização e se responsabilizando pelos  
5 mesmos. A Conselheira Nadja Lepsch levantou a necessidade de se criar um banco  
6 de dados para o armazenamento da informação gerada em pesquisas como esta,  
7 no intuito de preservar o conhecimento e impedir que fique apenas com o  
8 pesquisador envolvido. Em vista das manifestações, o Sr. Secretário-Executivo  
9 sugeriu o seguinte encaminhamento: que a instituição se responsabilize pelos dados  
10 brutos gerados; que uma cópia dos mesmos seja disponibilizada para a comunidade  
11 e que seja formalizada a extensão da autorização para a orientadora que é de outra  
12 instituição, mediante ofício desta instituição comprometendo-se com os termos da  
13 anuência concedida. Quanto à questão do banco de dados, sugeriu que o tema seja  
14 tratado na Câmara Temática de Conhecimentos Tradicionais, pois já há este  
15 encaminhamento. Em relação à questão de como exigir o compromisso com os  
16 termos da autorização de pesquisadores ligados a outras instituições, o Conselheiro  
17 José Cabral, o Conselheiro Otávio Maia e a Conselheira Maria Lucilene  
18 manifestaram que, se for necessária a assinatura do representante legal, pode  
19 haver um grande problema burocrático. Foi então retirado do encaminhamento o  
20 procedimento com relação à orientadora de outra instituição, sendo aprovada a  
21 autorização com os votos favoráveis de: Patrícia Medeiros, Maria Lucilene Velo,  
22 José Manuel Cabral, Leontino Taveira, Maria Celeste Emerick, Angélica Pontes,  
23 Patrícia Galdino, Paulo Kageyama, Teresa Cotrim, Otávio Maia, Adriana Tescari,  
24 Hilda Fajardo, Clóvis Andrade, Elisa Fraga, Maria Hercília Paim e Nadja Lepsch.  
25 Não houve abstenções ou votos contrários. Posto que a Conselheira Elisa Fraga já  
26 se encontrava no Plenário, passou-se ao **item 4.1**, do qual era relatora. O item trazia  
27 a solicitação de credenciamento do Instituto Butantã como instituição fiel  
28 depositária. O pedido foi aprovado com os votos favoráveis dos seguintes  
29 Conselheiros: Patrícia Medeiros, Maria Lucilene Velo, José Manuel Cabral, Leontino  
30 Taveira, Maria Celeste Emerick, Angélica Pontes, Patrícia Galdino, Paulo  
31 Kageyama, Teresa Cotrim, Otávio Maia, Adriana Tescari, Hilda Fajardo, Clóvis  
32 Andrade, Elisa Fraga, Maria Hercília Paim e Nadja Lepsch. Não houve abstenções  
33 ou votos contrários. O **item 7** foi apresentado pelo Coordenador das Câmaras  
34 Temáticas, Sr. Inácio de Loyola, relatando a discussão da Câmara de

1 Procedimentos Administrativos acerca de situações de sigilo no CGEN. Os  
2 procedimentos atualmente adotados pela Secretaria Executiva foram corroborados  
3 sendo esclarecido que a necessidade de assinatura de termo de compromisso de  
4 sigilo é uma previsão legal. Para as situações em que co-detentores requisitem a  
5 quebra do sigilo de processos envolvendo conhecimentos tradicionais associados,  
6 tema levantado na Câmara, propôs-se que, quando ocorrerem, estes casos sejam  
7 avaliados no CGEN. O Sr. Coordenador relatou também a apresentação de estudo  
8 sobre pedidos de patentes no Brasil, realizado pelo Instituto Socioambiental, tendo  
9 sido sugerido a criação de Grupo de Trabalho para discutir a implementação do  
10 artigo 31 da MP 2.186-16. A Conselheira Maria Celeste pediu que a apresentação  
11 fosse repetida para o Plenário do CGEN e sugeriu que um trabalho sobre patentes,  
12 realizado pela FIOCRUZ, também seja apresentado. O Convidado Henry de  
13 Novion, da ABONG, reforçou a importância da criação do Grupo de Trabalho (GT),  
14 sendo apoiado pela Conselheira Adriana Tescari, do MRE. A Conselheira Elisa  
15 Fraga manifestou que o GIPI – Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual  
16 está a disposição para tratar do tema e colaborar da melhor maneira. Foi sugerido o  
17 encaminhamento de apresentações de vinte minutos na próxima reunião do  
18 Conselho e que o grupo fosse criado a partir de uma deliberação elaborada pela  
19 Secretaria Executiva. Surgiram diversas questões sobre o formato do GT e a minuta  
20 seria apresentada no fim da reunião. O Conselheiro Leontino Taveira pediu questão  
21 de ordem em relação ao **item 6**, alegando que a Consultoria Jurídica do MAPA  
22 apresentava visão divergente quanto às propostas de Orientações Técnicas (OT),  
23 por considerar que não cabe ao CGEN deliberar sobre conceituação extensiva aos  
24 termos da MP 2.186-16. O Conselheiro Paulo Carvalho informou que também a  
25 CONJUR do MCT preparou parecer no mesmo sentido. A Convidada Eliana Torelly  
26 considerou intempestiva a apresentação dos pareceres, isto que fora do prazo  
27 acordado. O Conselheiro Otávio Maia questionou a posição do MAPA, de vez que,  
28 no caso, a OT proposta no item 6.1 trata de tema já deliberado pelo CGEN, cujo  
29 conceito consta da Resolução 16 do CGEN. É apenas uma forma de adequar o  
30 instrumento legal utilizado. O Conselheiro Leontino Taveira reforçou que o parecer  
31 do MAPA versa sobre “orientações técnicas em geral”, não entrando no mérito ou  
32 conceitos presentes nas minutas propostas e que não está autorizado a deliberar  
33 sobre o tema, sugerindo que seja encaminhado à AGU para que esta dirima as  
34 divergências entre pareceres jurídicos. O Conselheiro Otávio Maia propôs que,

1então, o conceito de patrimônio genético microbiano retornasse para o corpo da  
2Resolução, da forma como foi aprovada na Câmara Temática. O Conselheiro  
3lembrou também que qualquer discussão sobre o instrumento “orientação técnica”  
4terá rebatimento em questões sérias como a diferenciação entre coleta e acesso e a  
5competência do IBAMA para autorizar pesquisa científica, baseadas nos conceitos  
6determinados em Orientações Técnicas já aprovadas pelo CGEN. Tendo em vista a  
7discussão em Plenário, o Sr. Secretário-Executivo retirou formalmente a minuta de  
8OT sobre componente do patrimônio genético microbiano, proposta pela Secretaria  
9Executiva. Dessa forma, o texto da minuta de Resolução passaria a figurar com o  
10conceito integrado a seu corpo. Com isto, a discussão pôde avançar, a despeito da  
11questão de ordem apresentada, uma vez que a mesma tinha por objeto a orientação  
12técnica. O Sr. Paulo Kageyama pediu que o item fosse adiado, para que a  
13construção do novo texto fosse preparada, passando-se assim à discussão do **item**  
14**6.2**. Dentro deste, o item 6.2.1 trouxe o parecer da CONJUR/MMA acerca das  
15contribuições dos Conselheiros e Convidados ao texto da minuta de Resolução  
16sobre acesso a conhecimento tradicional associado e repartição de benefícios. O Sr.  
17Eduardo Vélez ressaltou a importância do tema e das conseqüências da falta de  
18regulamentação deste ponto, tais como ações na Justiça. Conforme definido na 40ª  
19Reunião do CGEN, a proposta consolidada e revista pela CONJUR/MMA seria  
20apreciada pelo Plenário e seria aberta consulta pública para uma discussão mais  
21ampla sobre a questão. Esclareceu ainda que em função de questionamento do  
22Ministério da Saúde sobre a necessidade de tratamento integral para o tema, a  
23Secretaria Executiva elaborou uma segunda minuta de Resolução, especificando  
24um procedimento para a repartição coletiva de benefícios, ou seja, para com os  
25detentores de conhecimentos tradicionais associados que não são os provedores. O  
26Sr. Eduardo Vélez propôs que os esforços se centrassem na proposta da consulta  
27pública, por meio da qual os textos das minutas seriam discutidos, emendados e  
28referendados por todos os atores afins ao tema. O Convidado Joaquim Machado, do  
29CEBDS, argumentou que algumas contribuições, em especial a de sua instituição,  
30não foram contempladas no texto proposto, temendo que o mesmo ocorresse com  
31as contribuições advindas da consulta pública. Já entrando no texto da Resolução  
32em si, a Conselheira Angélica Pontes reiterou a posição do Ministério da Saúde  
33acerca de fontes secundárias, concordando com o entendimento do INPA sobre a  
34questão e requisitando que se retire esta parte da Resolução em tela para que o



1tema seja tratado de modo distinto daquele proposto pela Medida Provisória. O  
2Conselheiro Leontino lembrou o fato do tema estar vinculado à discussão de  
3orientação técnica, ficando comprometida a sua discussão, face ao questionamento  
4jurídico do MAPA. O Secretário Executivo manifestou a determinação do MMA em  
5tratar do tema e que não seria momento de precipitar o debate de mérito, já que a  
6proposta é desencadear o processo de consulta pública justamente para  
7democratizar o debate. A Conselheira Elisa Fraga questionou a definição da  
8consulta pública de texto sobre o qual não há consenso e argumentou que a  
9questão apresentada pelo MAPA e MCT sobre a legalidade deve ser resolvida  
10anteriormente. A Conselheira Nadja Lepsch também apresentou entendimento de  
11que é necessário maior amadurecimento antes do tema ir a consulta pública. A  
12Conselheira Maria Celeste também se manifestou contrária à abertura da consulta  
13pública naquele momento. O Sr. Secretário-Executivo lembrou que, na última  
14reunião do Conselho, ficou indicado que seriam reunidas as contribuições e  
15apresentado um texto nesta reunião. A Secretaria Executiva, em vista da carência  
16de propostas relacionadas ao tema da repartição coletiva de benefícios – tema que  
17se arrasta há bom tempo nas Câmaras Temáticas e sobre o qual esgotou-se a  
18possibilidade de consenso –, propositivamente, elaborou uma minuta, no intuito de  
19que a mesma fosse objeto de crítica e novas contribuições, através do processo de  
20consulta pública. O Sr. Eduardo Vélez sugeriu então que se realizasse a consulta  
21pública em cima de perguntas genéricas, buscando idéias novas e não mais sobre  
22as minutas apresentadas como solução para o impasse, do seguinte tipo: a) como  
23disciplinar o acesso a conhecimento tradicional associado de natureza coletiva com  
24partes que não fazem parte do contrato e b) como tratar casos em que o  
25conhecimento é obtido em instâncias secundárias. A Conselheira Elisa Fraga  
26considerou que esta poderia ser uma solução, desde que fosse esclarecido que as  
27propostas devem se restringir aos limites da Medida Provisória. A Conselheira  
28Adriana Tescari argumentou que será difícil obter um consenso para então  
29submeter o texto à consulta pública e para tanto recomendou que a consulta  
30proposta sobre questões gerais seja precedida de um texto introdutório para  
31contextualizá-las. O Conselheiro Paulo Carvalho, do MCT, sugeriu que fosse criado  
32um Grupo de Trabalho para tratar a questão e chegar a um texto que não exorbite a  
33Medida Provisória, proposta não apoiada pelas Conselheiras do MRE e MinC. O  
34Conselheiro Leontino Taveira requisitou, à parte a discussão, que constasse em ata

1a solicitação do MAPA de que o CGEN encaminhe à AGU os pareceres conflitantes  
2apresentados. A Sra. Daniela Goulart, da CONJUR/MMA, lembrou que a Secretaria  
3Executiva e a própria CONJUR/MMA ainda não conheciam o conteúdo do parecer  
4do MAPA, não podendo nem mesmo informar o grau de discordância. O Sr.  
5Eduardo Vélez lembrou que os pareceres não foram encaminhados dentro do prazo  
6regimental e, portanto, não poderiam ser discutidos, nem mesmo seu  
7encaminhamento, naquele momento, além disso não houve identificação precisa de  
8divergência até porque o parecer da CONJUR/MMA versa sobre o conteúdo de  
9resoluções ao contrário dos pareceres apresentados que tratam de orientações  
10técnicas. O Sr. Presidente então encaminhou a seguinte proposta para votação: que  
11na 42ª Reunião Ordinária, seria apresentado o texto a ser alvo de consulta pública e  
12se decidiria o encaminhamento para os pareceres mencionados. Votaram  
13favoravelmente a este, os seguintes Conselheiros: Patrícia Medeiros, Maria Lucilene  
14Velo, José Manuel Cabral, Márcio Mazzaro, Maria Celeste Emerick, Angélica  
15Pontes, Paulo Kageyama, Teresa Cotrim, Otávio Maia, Adriana Tescari, Hilda  
16Fajardo, Paulo Carvalho, Elisa Fraga, Maria Hercília Paim e Nadja Lepsch. Não  
17houve abstenções ou votos contrários. Passou-se ao **item 9.1**. O item trouxe relato  
18acerca de processo da Empresa Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.,  
19realizado pela Sra. Carla Lemos, no qual se informa ao Conselho a busca pela  
20confirmação da condição de espécie encontrada em condição *in situ* para *Camélia*  
21*sinensis*. Conforme análise técnica da EMBRAPA, a espécie é exótica, e a  
22variedade mais plantada no Brasil não desenvolveu características que a  
23categorizem como patrimônio genético nacional. Votaram favoravelmente à  
24dispensa da aplicação da MP 2.186-16 neste caso, os Conselheiros: Patrícia  
25Medeiros, Maria Lucilene Velo, José Manuel Cabral, Leontino Taveira, Maria Celeste  
26Emerick, Angélica Pontes, Paulo Kageyama, Teresa Cotrim, Hilda Fajardo e Maria  
27Hercília Paim. Abstiveram-se os Conselheiros Otávio Maia e Adriana Tescari. Não  
28houve votos contrários. O Conselheiro Otávio Maia justificou sua abstenção como  
29tentativa de reforçar a necessidade de classificar com clareza essas espécies, em  
30vista da dificuldade do IBAMA fazê-lo em sua rotina de trabalho. O Sr. Paulo  
31Kageyama introduziu o **item 10**, relatado pela Sra. Cristina Azevedo. O item trata do  
32recurso da UFAM sobre decisão da Secretaria Executiva em negar a dispensa da  
33anuência prévia em dois projetos envolvendo acesso a conhecimento tradicional  
34associado. O Conselho deliberou por indeferir o recurso, com base na exigência da

1anuência prévia feita pela legislação em vigor. Votaram a favor do indeferimento, os  
2Conselheiros: Maria Lucilene Velo, Patrícia Medeiros, José Manuel Cabral, Leontino  
3Taveira, Maria Celeste Emerick, Angélica Pontes, Teresa Cotrim, Paulo Kageyama,  
4Otávio Maia, Adriana Tescari, Hilda Fajardo, Elisa Fraga, Maria Hercília Paim e  
5Nadja Lepsch. Não houve abstenções ou votos contrários. Retomando o **item 6.1**, o  
6Sr. Inácio de Loyola leu a minuta de Resolução acrescida do texto relacionado ao  
7patrimônio genético microbiano, retirado anteriormente, e explicou os passos da  
8Câmara para chegar àquele texto, bem como ajustes propostos a partir de  
9sugestões do IBAMA. Em função das diversas manifestações e alterações de texto  
10propostas, a aprovação da deliberação foi estabelecida de modo seqüencial, por  
11meio de votação em vários momentos. As primeiras alterações dizem respeito a  
12aspectos relacionados ao conceito de patrimônio genético microbiano. Votaram a  
13favor os seguintes Conselheiros: Patrícia Medeiros, José Manuel Cabral, Maria  
14Celeste Emerick, Angélica Pontes, Paulo Kageyama, Otávio Maia e Nadja Lepsch.  
15Abstiveram-se os Conselheiros Maria Lucilene Velo, Leontino Taveira, Adriana  
16Tescari, Hilda Fajardo, Elisa Fraga e Maria Hercília Paim. Não houve votos  
17contrários. Com oitos votos favoráveis e seis abstenções, a exclusão proposta foi  
18aprovada. A votação do segundo ponto referente aos ajustes propostos pelo IBAMA  
19foi aprovada com votos favoráveis dos seguintes Conselheiros: Patrícia Medeiros,  
20José Manuel Cabral, Leontino Taveira, Maria Celeste Emerick, Angélica Pontes,  
21Teresa Cotrim, Paulo Kageyama, Otávio Maia, Adriana Tescari, Hilda Fajardo, Maria  
22Hercília Paim e Nadja Lepsch. Abstiveram-se as Conselheiras Maria Lucilene Velo e  
23Elisa Fraga. Não houve votos contrários. O terceiro ponto, referente à alteração no  
24artigo 11 da Resolução, ensejou a manifestação da Conselheira Maria Celeste  
25Emerick, que corroborou a necessidade de um instrumento rigoroso na remessa de  
26material biológico a terceiros como o proposto, apoiada pela Conselheira Patrícia  
27Medeiros. O Conselheiro Leontino Taveira argumentou que a medida burocratizaria  
28ainda mais a transferência, podendo desestimular o acesso legal. O Conselheiro  
29sugeriu que a solução seria a elaboração de um termo de transferência de material  
30que contemplasse as duas situações. A Conselheira Adriana Tescari compartilhou  
31da posição da Conselheira do Ministério da Defesa e manifestou preocupação com  
32a questão do fórum competente para solucionar controvérsias não ser o da  
33instituição remetente original. O Convidado Joaquim Machado, do CEBDS, apoiou o  
34comentário do Conselheiro do MAPA. A Conselheira Elisa Fraga sugeriu alterações

1que foram acrescentadas ao encaminhamento de votação. Votaram a favor da  
2manutenção do artigo 11 com as correções sugeridas, os seguintes Conselheiros:  
3Patrícia Medeiros, José Manuel Cabral, Angélica Pontes, Teresa Cotrim, Paulo  
4Kageyama, Otávio Maia, Adriana Tescari, Hilda Fajardo, Maria Hercília Paim e  
5Nadja Lepsch. Abstiveram-se os Conselheiros Leontino Taveira e Elisa Fraga. Não  
6houve votos contrários. Quanto à alteração proposta no artigo 13, a Secretaria  
7Executiva manifestou-se contrária ao envio para o CGEN de cópia eletrônica de  
8tudo o que fosse publicado para disponibilização no *site* do Conselho como  
9referência bibliográfica. O Conselheiro Leontino Taveira sugeriu ajuste no texto e  
10solicitou que fossem consultados o MCT e o CNPq acerca da possibilidade de  
11criação de uma base de dados pública em um desses órgãos. A Conselheira Nadja  
12Lepsch mostrou-se a favor da criação da base de dados bibliográficos no âmbito do  
13CGEN. O Conselheiro Otávio Maia, que participou da reunião da Câmara onde foi  
14feita esta proposta pelo MCT, informou que os demais representantes presentes  
15discordaram da idéia por entenderem que não é função do CGEN armazenar  
16publicações e que o país já conta com uma base de referências bibliográficas da  
17CAPES, largamente utilizada. O Sr. Eduardo Vélez contemporizou que a informação  
18de relevância a ser armazenada nesse momento, no que concerne à gestão do  
19patrimônio genético brasileiro, é sobre o uso econômico da biodiversidade no  
20exterior, os pedidos de patentes, produtos comerciais, etc. Em vista dessa  
21colocação, a Conselheira do INPA sugeriu que o tema fosse encaminhado à  
22Câmara Temática de Procedimentos Administrativos. O Sr. Presidente colocou em  
23votação o texto com as alterações sugeridas e o encaminhamento para a Câmara  
24de Procedimentos, sendo favoráveis os seguintes Conselheiros: Patrícia Medeiros,  
25José Manuel Cabral, Leontino Taveira, Angélica Pontes, Teresa Cotrim, Paulo  
26Kageyama, Otávio Maia, Adriana Tescari, Hilda Fajardo, Maria Hercília Paim e  
27Nadja Lepsch. Absteve-se a Conselheira Elisa Fraga. Não houve votos contrários.  
28Seguiu-se discussão acerca de propostas de alteração do artigo 17 e votação para  
29ratificar a versão final, sendo favoráveis os Conselheiros: Patrícia Medeiros, José  
30Manuel Cabral, Leontino Taveira, Angélica Pontes, Paulo Kageyama, Otávio Maia,  
31Adriana Tescari, Maria Hercília Paim e Nadja Lepsch. Absteve-se a Conselheira  
32Elisa Fraga. Não houve votos contrários. A seguir, discutiu-se a alteração proposta  
33para o item 9 relacionado à propriedade intelectual, sendo favoráveis os seguintes:  
34Patrícia Medeiros, José Manuel Cabral, Leontino Taveira, Angélica Pontes, Paulo

1Kageyama, Otávio Maia, Adriana Tescari, Maria Hercília Paim e Nadja Lepsch.  
2Absteve-se a Conselheira Elisa Fraga. Não houve votos contrários. Sobre a questão  
3da assinatura digital, aprovou-se a alternativa de inclusão da mesa, condicionada à  
4análise prévia da legalidade com votos favoráveis dos Conselheiros: Patrícia  
5Medeiros, José Manuel Cabral, Leontino Taveira, Angélica Pontes, Paulo  
6Kageyama, Otávio Maia, Maria Hercília Paim e Nadja Lepsch. Abstiveram-se as  
7Conselheiras Adriana Tescari e Elisa Fraga. Não houve votos contrários.  
8Retomando a pauta e acatando sugestão da Conselheira Elisa Fraga, a Secretaria  
9Executiva incumbir-se-á de circular, durante duas semanas, a deliberação de  
10criação do Grupo de Trabalho entre Conselheiros e Convidados Permanentes, para  
11recolher contribuições e manifestações de interesse em participar do mesmo,  
12ficando sua apreciação para a próxima reunião. Em seguida, passou-se ao último  
13item da ordem do dia. Inicialmente, o Conselheiro Otávio Maia apresentou moção da  
14Sociedade Brasileira de Química, recebida pelo presidente do IBAMA,  
15manifestando-se sobre a alta burocratização do sistema de acesso ao patrimônio  
16genético. Em seguida, apresentou Nota Técnica em que sugere a descaracterização  
17de determinadas pesquisas científicas como acesso ao patrimônio genético. Em  
18função do adiantado da hora, o Sr. Secretário-Executivo sugeriu que esta proposta  
19fosse apreciada na 42ª Reunião. Passou-se aos itens de ordem geral, quando a  
20Conselheira Adriana Tescari, do MRE, anunciou sua saída do Conselho e recebeu  
21manifestações de agradecimento e sucesso dos demais Conselheiros e da Mesa.  
22Com isso, o Sr. Eduardo Vélez, na condição de Presidente, agradeceu a presença  
23de todos e deu por encerrados os trabalhos. Eu, Fernanda Altoé Daltro, por  
24solicitação do Presidente da Mesa, lavrei a presente ata.

25

26

27

Brasília, 29 de junho de 2006.

28

29

30

31 Paulo Yoshio Kageyama

Eduardo Vélez

32 Presidente

Secretário-Executivo

33